

# Para Ulysses, nova Carta acaba arbítrio

“Protelar a promulgação da nova Carta é cooperar para a manutenção de um Estado de arbítrio, regido por uma Constituição, que além de imposta pelos militares, é castrense, tacanha, não presta e nada vale.” A advertência foi feita pelo deputado Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Constituinte, durante abertura do Seminário Novos Desafios do PMDB. O presidente nacional do partido saiu em defesa da futura Constituição, garantindo que todas as indefinições e crises estruturais vividas pelo País “serão corrigidas no dia seguinte à solene data de promulgação da nova Constituição.”



envolvido por parlamentares e segmentos da sociedade visando boicotar o término dos trabalhos da Assembleia. Frisou ainda que, por pior que fosse a próxima Constituição já seria melhor do que a atual, “que não presta, é autoritária e não foi deliberada pelo povo”. O deputado afirmou que o País carece de definições, que segundo ele, virão com a Carta Magna; trazendo “um novo dia, novas veredas e caminhos de grandeza e fraternidade para o Brasil”.

### Credibilidade

Durante o discurso, o presidente da Constituinte revelou, que segundo recente pesquisa realizada pelo Ibope nas principais capitais, a credibilidade e aceitabilidade do projeto de Constituição junto à sociedade subiu para 46%. Ulysses considerou este índice consagrado, pois “antes estamos desacreditados, no fundo do poço, e agora o povo reconhece que a vida irá me-

lhorar após promulgada a nova Carta”, disse. Nem mesmo a presença de Ulysses motivou os peemedebistas e pouco mais de 60 pessoas prestigiaram a abertura do Seminário Novos Desafios, promovido pela Fundação Pedrosa Horta, no auditório Petrônio Portela no Senado Federal.

Ulysses, no entanto, fez questão de ressaltar a introdução de inovações no texto constitucional. A reforma tributária, para ele, foi um dos maiores avanços, que proporcionará independência e fortalecimento dos Estados e municípios. O deputado citou ainda que um elenco de 80 dispositivos irão definir os direitos e deveres individuais e coletivos dos cidadãos, além das conquistas, como referendun popular, a seguridade social, e a mais moderna lei de proteção ambiental do mundo. “Durmo certo de que virá a recompensa da colheita”, finalizou Ulysses.

## Líderes examinam os decretos-leis

Josemar Gonçalves 25.7.88



Tito teme pelas verbas extras

As lideranças partidárias reúnem-se nesta terça-feira para estudar um amplo acordo que permita a votação, em esforço concentrado, dos mais de cem decretos-leis ainda em tramitação no Congresso Nacional, evitando que eles sejam automaticamente rejeitados, assim que a Constituição for promulgada. Os decretos abrangem medidas como a complementação de verbas do orçamento da União, o trileão e a tabela do imposto de renda na fonte, a extinção do Incri, a instituição e o congelamento da URP, o valor do Piso Nacional de Salário e o soldo-base dos militares.

Se as lideranças não conseguirem chegar a um acordo, todos os decretos-leis em tramitação cairão na compulsória, assim que a Constituição for promulgada, pelo parágrafo único do artigo 29 das Disposições Transitórias, que os condena à rejeição. O líder do PMDB no Senado, Ronan Tito, acha que isto resultaria num “impasse institucional”, e justifica: sem a complementação de verbas, os órgãos do governo simplesmente não terão como enfrentar compromissos assumidos com uma estimativa inflacionária de 160% quando a realidade já aponta 300%. O Senado, a Câmara e o Exército, por exemplo, já não teriam como pagar seus funcionários no próximo mês sem a suplementação.

O senador Humberto Lucena, que como presidente do Senado convoca o Congresso, realizou uma reunião preliminar em seu gabinete quinta-feira, e concluiu que a maioria dos decretos será votada por consenso, sem maiores problemas, pois tratam de matérias não-polêmicas. Exemplos típicos de decretos que ninguém deseja rejeitar são os que instituiu a URP — nesse caso, o País ficaria simplesmente sem política salarial — e o que extinguiu o empréstimo compulsório sobre a aquisição de veículos. Lucena aponta três matérias muito difíceis para um entendimento: o congelamento da URP, que a oposição desejaria ver rejeitada, pois favorecerá os recursos em tramitação na justiça pela reposição salarial, o trileão, medida abominada pela classe média, mas que o governo tem como indispensável para sua sustentação financeira, e a extinção do Incri.

Lucena deseja convocar o Congresso, se houver acordo, já na próxima quarta-feira, para apreciar os decretos-leis em esforço concentrado.

Também em ritmo de esforço concentrado, o Senado Federal deverá aprovar, nesta terça-feira, a rolagem das dívidas dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraíba, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.



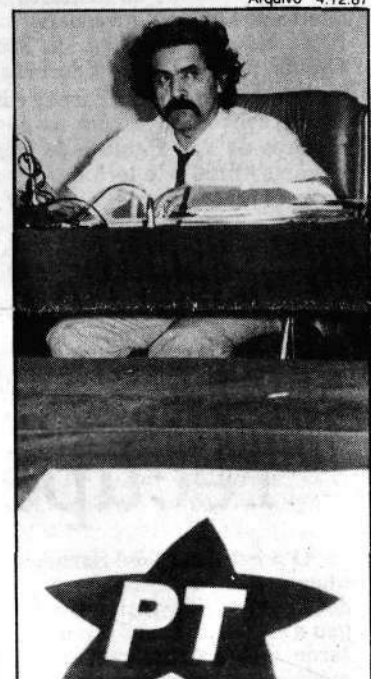
Ao abrir o seminário do PMDB, Ulysses condenou as manobras para boicotar a Constituinte PT denuncia ‘ultradireita’

Porto Alegre — O presidente nacional do PT, constituinte Olívio Dutra, alertou ontem, em entrevista, que “a ultradireita, com respaldo do Governo Federal, está tentando inviabilizar a promulgação da nova Constituição, impedindo que o País tenha a nova Carta”. Observou que nem a direita nem os partidos de esquerda estão conseguindo quorum para aprovação de suas teses: “Vivemos um momento muito difícil na Constituinte”, desabafou. Para ele, os partidos conservadores — citou insistentemente os integrantes do “Centrao”

— estão fazendo “chantagem”, acenando com um possível impasse institucional, para que “nos submetamos a uma saída pela direita”. Para Olívio Dutra, que é candidato à prefeitura de Porto Alegre pela Frente Popular (PT/PCB), as organizações populares “devem estar atentas e se mobilizarem pressionando pela aprovação das emendas de cunho social, do contrário será incerto o futuro”.

O líder petista gaúcho afirmou ainda que o Governo Federal “está querendo mudar o curso das coisas, tornando insustentável o ambiente constitucional, até chegarmos a um estado de coisas que torne inviável a aprovação da Carta”. Acrescentou que os partidos de esquerda “estão no máximo impedindo a aprovação das emendas supressivas do Governo consideradas contrárias aos interesses dos trabalhadores. Mas, por outro lado, não conseguimos tampouco que as nossas teses sejam aprovadas”, disse. Comentou que a crise na Constituinte ficou nítida quando da votação do direito de greve, que “empacou e não encontramos uma saída”.

Ao comentar o processo de descrédito que enfrenta a classe política, Olívio Dutra destacou que “ela atinge principalmente a política oficial, os partidos que têm políticos profissionais e estão desprestigiados por sustentarem um discurso enganador como o do PMDB”. Segundo ele, a “crise política, econômica e moral, o desprestígio do Governo Federal e seu comprometimento com a corrupção estão desgastando o País e os partidos políticos”.



Dutra, presidente do PT

### PFL repudia o voto apressado

“Não podemos convalidar uma Carta de cunho eleitoreiro”. Esta crítica consta do documento que o PFL está preparando para esclarecer publicamente a posição do partido nas votações da Constituinte. O manifesto reafirma a soberania da Assembleia e a legitimidade de suas decisões, denunciando que “em nome da velocidade muitos dispositivos estão sendo aprovados sem a análise de suas conseqüências”.

Para elaborar a redação final do manifesto, o líder José Lourenço (PFL-BA) convocou seus vice-líderes a permanecerem em Brasília neste fim de semana. O vice-líder Inocêncio Oliveira (PE) adiantou que o PFL discorda dos processos que estão sendo adotados para a votação das matérias constitucionais, “que ao invés de priorizar os interesses da Nação, objetivam interesses eleitorais”.

“As decisões estão sendo tomadas sob a pressão das urnas”, afirmou.

A decisão da oportunidade da divulgação do documento dependerá da avaliação da cúpula do partido, mas o mais provável é que seja lido, por Lourenço, durante a sessão da Constituinte de segunda ou terça-feira. Não está afastada a hipótese da requisição do horário gratuito de rádio e TV reservado ao programa diário da Constituinte, para divulgação da posição oficial do PFL. O partido tem sido criticado sistematicamente pelas demais lideranças, devido ao radicalismo de suas posições, principalmente depois que Lourenço conduziu o movimento em favor da rejeição em bloco do texto aprovado no primeiro turno.

## Mayer aprova os avanços sociais

São Paulo — O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) ministro Luiz Rafael Mayer afirmou que as chamadas conquistas sociais inseridas na nova Constituição representam um avanço cauteloso. Ele não crê que “haja nada de tão exagerado que põe em perigo o País”, lembrando que as declarações do presidente do Tribunal Superior Eleitoral, segundo as quais a nova legislação poderá agravar os problemas sociais no País, foram feitas em caráter pessoal, sem en-

volver posições dos demais ministros.

Em relação ao tratamento dado pelos constituintes ao Poder Judiciário, o presidente do STF disse que a nova Carta traz modificações “de certa profundidade”, destacando que “não foi alcançado o patamar ideal para a modernização do Judiciário”. Rafael Mayer salientou, no entanto, que o STF foi resguardado substancialmente na sua estrutura tornando-se predominantemente uma corte constitu-

cional que terá “uma importância considerável no sentido de aplicar e dar eficácia à nova Constituição”.

O presidente do STF comentou que o trabalho dos constituintes tem legitimidade porque foram escolhidos pela população em eleições diretas. O novo documento deverá ser competente e expressar a vontade do povo, destacou Mayer, que prestará juramento à nova Carta depois de sua promulgação, ao lado do presidente da República.

## Pimenta quer mais rapidez na votação

Belo Horizonte O deputado Pimenta da Veiga, candidato à prefeitura de Belo Horizonte pelo PSDB, sugeriu ontem ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que quando este abrir a sessão da próxima terça-feira, a declare permanente até a promulgação da nova Constituição. Tal medida obrigará os constituintes, no entender de Pimenta da Veiga, a um esforço concentrado.

Ulysses Guimarães, segundo o deputado, ficou meio hesitante, prometendo, porém, analisar a possibilidade de adotar a sugestão.

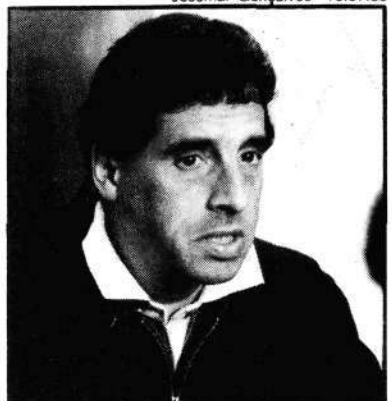
“Serão duas semanas com os constituintes o tempo todo no plenário. O que não podemos é atrasar mais esta Constituição”, explicou o deputado.

Pimenta da Veiga passou a tarde convencendo membros do PSDB, contrários a presença nos comícios de campanha do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, a mudarem de posição. Teme-se que sua presença prejudique a campanha do partido.

## Fogaça afirma que históricos podem ter chapa própria

Porto Alegre — Satisfeito com o adiamento da Convenção Nacional do PMDB, o senador José Fogaça anunciou que o grupo dos “históricos” poderá formar uma chapa própria, sem manter a aliança com os centristas, caso não fique assegurado o controle do partido pelos progressistas. “Foi preciso adiar

Josemar Gonçalves 16.07.88



Senador José Fogaça (RS)

para possibilitar o racha com os conservadores”, comentou o senador gaúcho. Embora os “históricos” prefiram a manutenção de uma chapa semelhante a que foi articulada pelo presidente Ulysses Guimarães, eles exigem uma modificação no estatuto do partido para impedir a participação proporcional de uma chapa que obtenha mais de 20% dos votos na convenção.

Para Fogaça, a atual legislação que determina a participação proporcional da chapa perdedora impede que o grupo vencedor tenha o controle. Como a futura constituição dará autonomia aos partidos para sua organização interna, os “históricos” tentarão modificar essa condição. Se a alteração não for aprovada, procurarão compor uma chapa com predominância progressista, deixando 30% das indicações para os centristas que ficariam no final da lista. Assim, se a chapa conservadora conseguir mais de 20% dos convencionais os progressistas não serão prejudicados.